

INTER FACES

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

ORGANIZADORAS

**REGINA MARIA BARBOSA
ESTELA MARIA LEÃO DE AQUINO
MARIA LUIZA HEILBORN
ELZA BERQUÓ**

EDITOR A U N I C A M P

SUMÁRIO

Introdução

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA – UMA PROPOSTA

DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA

(*Estela Maria Leão de Aquino, Maria Luiza Heilborn
Regina Maria Barbosa e Elza Berquó*)

9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 22

GÊNERO, SAÚDE E PROTEÇÃO ENTRE JOVENS – UM PERFIL TRADICIONAL

(*Simone Monteiro*) 23

Saúde e doença: um enfoque sociológico 24

Gênero, trabalho e sexualidade: um perfil tradicional 26

Sistema cultural de proteção 31

Laços de reciprocidade 32

Escolaridade 34

O poder divino 35

Cuidados de saúde 36

Traficantes e policiais 38

“O familiar protege” 40

Considerações finais 40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 46

SEXO, PRAZER E DOR – VIVÊNCIAS SEXUAIS NA FALA DE ADOLESCENTES

POBRES DE SALVADOR

(*Marieze Rosa Torres*) 49

Sexualidade, adolescência e pobreza 50

*De “professora de sexo” a “pesquisadora”: venturas e desventuras
de um trabalho de campo* 53

Os “artistas” no seu lugar social: vida e sexo 57

A conformação de uma nova realidade: o éthos artístico 60

Mudanças e permanências de valores: sexo de “artista” 61

A dança do sexo: da “igrejinha” ao “estaleiro” 62

Prazer e dor na fala dos atores 69

Conclusão 79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 82

A SEXUALIDADE DE JOVENS EM CONTEXTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO –

RAZÕES, EMOÇÕES E POLÍTICAS

(Aparecida Fonseca Moraes)	85
<i>Idade, classe e gênero como marcadores simbólicos de classificação da sexualidade</i>	89
<i>As instituições e a produção da idéia de desvio sexual</i>	94
<i>Razões e emoções no controle da sexualidade</i>	99
<i>Sexualidade e sofrimento</i>	103
<i>Relações de gênero: as “meninas” e os “meninos”</i>	109
<i>Gravidez e tensões nas classificações</i>	115
<i>Rua, casa e instituição: lugares da sexualidade ameaçada</i>	118
<i>Para concluir</i>	122

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
----------------------------------	-----

EXPLORANDO A SEXUALIDADE DO MICHÊ NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

(Ana Isabel Fábregas-Martínez)	135
<i>Sexualidade e identidade sexual</i>	137
<i>O material de pesquisa</i>	141
<i>A prostituição de homens</i>	142
<i>Michê, garoto de programa, profissionais do sexo</i>	144
<i>O espaço da prostituição na JB</i>	148
<i>As companheiras, parceiras e esposas</i>	153
<i>O relacionamento com as travestis</i>	156
<i>A mina de ouro que nunca foi: a carreira do michê da JB</i>	156
<i>Ser homem, “estar homossexual”</i>	160
<i>Considerações finais</i>	165

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
----------------------------------	-----

ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO E SEXUALIDADE – RELATIVIZANDO

UMA PROBLEMÁTICA

(Mauro Brigeiro)	171
<i>A gerontologia e a abordagem sexológica</i>	173
<i>O discurso gerontológico e os dilemas da atividade e do desengajamento</i>	180
<i>O contraponto etnográfico</i>	184

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
----------------------------------	-----

INSCRIÇÕES CORPORAIS E MENOPAUSA – SIGNOS DA MEIA-IDADE NUMA

PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

(Ana Paula dos Reis)	207
----------------------------	-----

<i>A natureza antropológica da pesquisa: concepções básicas</i>	212
<i>Sobre o campo empírico e alguns aspectos teórico-metodológicos</i>	215
<i>Menopausa: um acontecimento silencioso</i>	218
<i>A reversão dos "sinais do tempo"</i>	220
<i>A inevitável preocupação com a saúde</i>	224
<i>O fim da capacidade de procriar</i>	227
<i>Sexualidade e menopausa</i>	230
<i>A mulher de meia-idade e o "mercado de sedução"</i>	231
<i>Considerações finais</i>	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

A PRESENÇA DE UM(A) ACOMPANHANTE DURANTE A ATENÇÃO AO PARTO —

A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE LEILA DINIZ

<i>(Rosa Maria S. M. Domingues)</i>	245
<i>Metodologia</i>	247
<i>Resultados</i>	249
<i>Características sociodemográficas</i>	250
<i>Antecedentes obstétricos</i>	252
<i>Dados da gestação atual</i>	253
<i>Acesso e atendimento na Maternidade Leila Diniz</i>	256
<i>Acompanhante no trabalho de parto</i>	258
<i>Acompanhante no parto</i>	260
<i>Percepção das mulheres sobre o acompanhante</i>	260
<i>Dados relativos à atenção ao parto</i>	264
<i>Percepção das mulheres sobre os serviços de atenção ao parto</i>	266
<i>Discussão</i>	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275

O PARTO NA MATERNIDADE — QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA, O DIA-A-DIA DO TRABALHO E O OLHAR DAS MULHERES

<i>(Maria Teresa Seabra Soares de Britto e Alves)</i>	279
<i>Metodologia</i>	282
<i>Abordagem quantitativa</i>	282
<i>Abordagem qualitativa</i>	284
<i>Qualidade da assistência</i>	286
<i>O dia-a-dia do trabalho nas maternidades</i>	293
<i>O olhar das mulheres: vivendo a gravidez e o parto</i>	298
<i>Considerações finais</i>	301
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

GÊNERO E INFERTILIDADE NA ÓTICA FEMININA

(<i>Eliane Portes Vargas</i>)	309
<i>O universo do estudo</i>	313
<i>Silenciar e falar: o contexto das entrevistas</i>	317
<i>Relação conjugal e necessidade de filhos</i>	319
<i>Conjugalidade e família</i>	323
<i>Os reverses da identidade feminina: "ela é figueira"</i>	331
<i>Considerações finais</i>	337
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	344

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO CONJUGAL – AS DENÚNCIAS NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER DE SALVADOR

(<i>Iêda Ribeiro Franco</i>)	349
<i>Metodologia</i>	356
<i>Análise e discussão dos resultados</i>	359
<i>A demanda feminina à DPM de Salvador</i>	359
<i>A resposta institucional da DPM de Salvador</i>	372
<i>Considerações finais e recomendações</i>	378
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	386

TROCANDO O DIA PELA NOITE – UMA ANÁLISE DO TRABALHO NOTURNO SOB A ÓTICA DE GÊNERO

(<i>Lúcia Rotenberg, Luciana F. Portela, Willer B. Marcondes, Cláudia R. C. Moreno e Cristiano P. Nascimento</i>)	389
<i>O trabalho noturno: Como ficam os ritmos sociais e biológicos?</i>	390
<i>O trabalho noturno: Como ficam as relações de gênero?</i>	391
<i>O trabalho empírico</i>	393
<i>Resultados comentados</i>	398
<i>O sono dos trabalhadores e trabalhadoras: O que dizem os números?</i>	400
<i>Trocando o dia pela noite: O que dizem os trabalhadores e trabalhadoras?</i>	404
<i>Considerações finais</i>	424
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	428

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA	433
<i>Divulgação e seleção dos projetos</i>	433
<i>Estrutura dos cursos</i>	434
<i>Programa de bolsas e acompanhamento dos alunos</i>	434
<i>Equipe de coordenação, corpo docente e consultores</i>	435

Introdução

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA

*Estela Maria Leão de Aquino
Maria Luiza Heilborn
Regina Maria Barbosa
Elza Berquó*

Nas últimas décadas, o interesse sobre as questões de gênero, a sexualidade e a saúde reprodutiva tem crescido significativamente no Brasil, impulsionado por mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas. Entre estas últimas, destacam-se particularmente a progressiva e sistemática queda da fecundidade das mulheres brasileiras (Berquó, 2001) e o surgimento da epidemia de Aids (Castilho et al., 1992; Barbosa, 1996), dois fenômenos cujas características desafiaram os modelos tradicionais de investigação, abrindo espaço, no âmbito acadêmico, para novas perspectivas teórico-metodológicas.

Foi nesse cenário que surgiu a proposta de criar o Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, destinado à formação de novos investigadores nesse campo, em diferentes regiões do país, cujos primeiros resultados são apresentados nos artigos que compõem esta coletânea.

Para compreender o contexto político e acadêmico que justificou a emergência dessa proposta, é necessário remeter-nos à formulação desse campo temático, constituído a partir da convergência de interesses muito diversos. Do ponto de vista político, temos como marco o ano de 1975, declarado Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do qual inúmeras iniciativas serão desencadeadas no sentido de evidenciar e desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres,

na busca do que mais tarde se convencionou chamar *equidade de gênero*.

No Brasil, durante toda a década de 1980 proliferaram, de início, os estudos sobre a mulher e, posteriormente, os estudos de gênero, que passaram a contemplar as relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos (Heilborn e Sorj, 1999). Foi também nos anos 1980 que, por influência do movimento feminista no espaço acadêmico, foram criados grupos de trabalho em praticamente todas as associações nacionais de pós-graduação em ciências humanas.¹ Além disso, surgiram, nas universidades brasileiras, os núcleos de estudo e pesquisa sobre a mulher, sobretudo sob a inspiração do modelo norte-americano de programas de Women's Studies (Costa e Blay, 1992). Tais núcleos tinham como características comuns a composição quase exclusivamente feminina, em geral docentes e estudantes de pós-graduação da própria instituição; a proposição de interdisciplinaridade; a perspectiva de articular a pesquisa, o ensino e a extensão, ainda que privilegiando a primeira; e o esforço de estabelecer uma ponte entre o movimento feminista e a prática acadêmica.

Na área da saúde, os anos 1980 foram palco de diversos encontros sobre saúde, sexualidade e direitos reprodutivos² promovidos pelo movimento feminista, cujas proposições tiveram contribuição inegável na definição de políticas sociais do interesse das mulheres, com especial ênfase no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Sua criação, em 1983, buscava superar a tradicional perspectiva materno-infantil – cujo interesse primordial centrava-se na saúde das crianças – e dar resposta às pressões internacionais, para que o governo brasileiro assumisse uma política de controle da fecundidade. De forma resumida, o PAISM representou um marco nas políticas oficiais, ao destinar suas ações prioritariamente à saúde das mulheres, e não apenas a de seus filhos; ao incorporar o direito à regulação da fecundidade como um direito social, recusando a ação do Estado por meio de políticas de controle demográfico; e ao enfatizar a dimensão educativa,

buscando alterar valores e práticas de saúde de caráter sexista (Aquino, 1999).

A vitalidade dessa década, marcada pelo processo de redemocratização do país, expressou-se no surgimento e na consolidação de inúmeros grupos de mulheres que trabalhavam com essa temática. Esse processo culminou, na década seguinte, na criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, que congrega atualmente cerca de uma centena de entidades, em sua maioria organizações não governamentais. No âmbito acadêmico, também se constituíram redes de núcleos acadêmicos, tais como a Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM).

A década de 1990 caracterizou-se pela legitimação da temática de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva nos grandes fóruns internacionais promovidos pela ONU, tendo como principais marcos a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. Os acordos internacionais firmados nesses fóruns e referendados pelo governo brasileiro embasaram a incorporação, nas políticas públicas, de muitas proposições dos movimentos sociais, particularmente dos movimentos feminista e de liberação homossexual. Nesse contexto, foi criada a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), destinada ao desenvolvimento de ações voltadas à garantia do exercício do direito à sexualidade e à reprodução, conquistado nesses fóruns. Também assiste-se, nessa década, à proliferação de organizações não governamentais atuando no desenvolvimento de ações relativas à saúde reprodutiva e à prevenção às DST/Aids, com recursos públicos e financiamento de grandes agências internacionais. Essas ações foram embasadas por conhecimentos produzidos, muitas vezes, fora do âmbito acadêmico, mas também em núcleos de pesquisa situados em universidades públicas federais e estaduais, com grande concentração no eixo Rio de Janeiro–São Paulo.

Como resultado, além do aumento da produção sobre os temas da sexualidade e da reprodução, verifica-se uma mudança qualitativa que se caracteriza, entre outros aspectos, por uma inflexão das questões de interesse, da concepção à contracepção e à esterilização; pela ampliação do leque de disciplinas envolvidas, com particular crescimento dos estudos antropológicos; e pela incorporação dos homens como sujeitos de pesquisa nos estudos sobre saúde reprodutiva. Essa produção tem como característica, ainda, estar muito restrita aos estudos empíricos, com incipiente produção teórica, além de um forte compromisso com a ação social e política mais imediata. Do ponto de vista teórico, registra-se uma marcada influência do construtivismo social, sendo também digna de nota a profunda articulação entre os campos da sexualidade e de gênero (Corrêa, 1999). Como resultado, refuta-se o essencialismo presente na produção biomédica, enfatizando a construção sociocultural da sexualidade e do gênero.

Os esforços de ampliação e legitimação da temática de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva incluíram a implementação de várias iniciativas de formação e treinamento, que podem ser agrupadas em dois níveis. O primeiro diz respeito à formação pós-graduada *stricto sensu*, com a incorporação da temática nos cursos de mestrado e doutorado e o incentivo ao desenvolvimento de dissertações e teses sobre questões correlatas.³ O segundo nível refere-se à promoção do intercâmbio entre universidades, movimentos sociais e serviços de saúde, no sentido de articular mais rapidamente o conhecimento produzido e a ação política. Nesse segundo nível, têm sido realizados inúmeros cursos de curta e média duração, sendo aqui particularmente destacadas as experiências já consolidadas do Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS–UERJ), onde cursos de três dias de duração privilegiam a discussão teórico-conceitual e a interface entre sexualidade e Aids; e do Núcleo de Estudos de População, da Universidade Estadual de Campinas (NEPO–UNICAMP), que realiza cursos

de três semanas organizados em módulos temáticos, sobre sexualidade, concepção e anticoncepção, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério e aborto. Como característica comum a essas iniciativas, prevalece a abordagem interdisciplinar dos temas.

Nessa perspectiva, ainda, merecem destaque os programas de bolsas de pesquisa promovidos pela Fundação Carlos Chagas, por meio do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR) e de Concursos de Bolsas de Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, que resultaram em importantes publicações sobre gênero, sexualidade e saúde reprodutiva. Cabe salientar o papel da Fundação MacArthur e da Fundação Ford como agências fomentadoras de grande parte das iniciativas de formação e pesquisa até aqui mencionadas.

Na segunda metade da década de 1990, constatou-se que ainda persistia uma carência de formação e treinamento específicos em metodologia de pesquisa nesse campo temático – apesar dos esforços e do razoável acúmulo de produção de conhecimentos. Além disso, havia também, naquele momento, a necessidade de superar a concentração de recursos e iniciativas nas regiões Sul e Sudeste do país.

Dessa forma, com base em uma reflexão coletiva – que envolveu o IMS–UERJ, o NEPO–UNICAMP, o Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia, a Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Osvaldo Cruz, e o Instituto de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, em parceria com a Fundação Ford –, tornou-se claro que essas instituições deveriam empreender um esforço conjunto para elaborar um programa sistemático e regionalizado de formação e treinamento específico em metodologia de pesquisa na área de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva.

Assim nascia, em 1996, o Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade

e Saúde Reprodutiva, com o objetivo de fortalecer as estruturas institucionais, já existentes no Brasil, capazes de estimular o desenvolvimento de pesquisa em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva; incentivar o intercâmbio de experiência e o esforço colaborativo entre instituições de pesquisa e ensino que trabalham com os diferentes aspectos relacionados a essa temática; implementar um programa de treinamento regionalizado, voltado para a capacitação metodológica de jovens pesquisadores nessa temática; estimular a realização de pesquisa empírica nessa área, por meio de um concurso de bolsas de pesquisa; e elaborar material didático em metodologia de pesquisa específico sobre o tema e adequado à realidade nacional.

Para alcançar esses objetivos, a proposta de treinamento conjugou a realização de cursos regionalizados de introdução à metodologia de pesquisa e de programas de bolsas com duração de 12 meses. Reconhecia-se, dessa forma, que a formação em pesquisa é um processo longo, que não se pode alcançar apenas com a exposição a cursos. Mais do que isso, envolve fundamentalmente um *aprender fazendo*, que passa pela interlocução com pesquisadores mais experientes. Isso também se refletirá, como se verá adiante, na própria estruturação das atividades, sempre combinando conteúdos teórico-metodológicos com aqueles de caráter mais instrumental.

Os cursos são destinados a profissionais com experiência em pesquisa, ação e/ou serviços na área de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva, sendo dada prioridade especial a candidatos com envolvimento efetivo em atividade de investigação e vínculo institucional. Embora com abrangência nacional, os cursos são organizados de modo regionalizado, de forma que as regiões Norte e Nordeste são cobertas preferencialmente pelo curso sediado no Instituto de Saúde Coletiva, por meio do MUSA – Programa de Estudos em Gênero e Saúde (em Salvador); e as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste pelos cursos sediados, alternadamente, no Instituto de Medicina Social, em conjunto com a

Escola Nacional de Saúde Pública (ambos no Rio de Janeiro), e pelo NEPO, em conjunto com o Instituto de Saúde (ambos em São Paulo).

O formato regionalizado tem se mostrado adequado para atender as especificidades das demandas locais. Além disso, o caráter interinstitucional da proposta assegura a excelência do corpo docente, ao conjugar recursos materiais e humanos originários de diferentes regiões do país (ver “Informações gerais sobre o Programa”, p. 433). Na medida em que essa iniciativa está articulada com programas institucionais de pós-graduação, o curso possibilita a concessão de créditos aos alunos regulares de mestrado e doutorado.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à perspectiva interdisciplinar da proposta com a integração de estratégias quantitativas e qualitativas de investigação. Isso se apóia na convicção da artificialidade da oposição entre as distintas estratégias e nos benefícios decorrentes da sua articulação como forma de construção complementar de conhecimentos. Pretende-se, ainda, oferecer aos alunos uma base conceitual e metodológica comum às várias disciplinas, visando à ampliação da capacidade de interlocução interdisciplinar.

Desde a sua criação, em 1996, o Programa realizou oito cursos de treinamento – três cobrindo as regiões Norte e Nordeste, e cinco, a Sul, a Sudeste e a Centro-Oeste –, que envolveu a participação de 146 alunos e a concessão de 63 bolsas de pesquisa. O desenvolvimento do Programa e a significativa demanda de treinamento expressa no grande número de candidatos em todas as regiões vieram confirmar o diagnóstico que havia sido realizado anteriormente.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos aqui um conjunto de 11 artigos, selecionados entre os produtos concluídos pelos bolsistas nas três primeiras edições do Programa, que retratam, em grande medida, a amplitude e a variedade temática da nossa proposta de formação interdisciplinar em pesquisa.

Como se poderá constatar, as pesquisas abrangem diferentes dimensões da sexualidade e saúde reprodutiva em distintos grupos sociais de várias cidades brasileiras: adolescentes e jovens de bairros pobres cariocas e baianos, rapazes que se prostituem na cidade de Porto Alegre, mulheres de estratos médios baianos que enfrentam as transformações da menopausa, homens idosos de camadas médias que se reúnem em locais públicos no Rio de Janeiro. Outras investigações dedicam-se a fornecer um panorama variado da ação de instituições públicas e de organizações não governamentais, oferecendo subsídios para a revisão crítica das políticas voltadas a sexualidade, gênero e saúde reprodutiva.

O artigo de Simone Monteiro, “Gênero, saúde e proteção entre jovens: um perfil tradicional”, investiga a percepção de risco em um grupo de jovens da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, descrevendo a visão de mundo desse grupo no que diz respeito às relações de gênero, ao trabalho e à sexualidade, centrando a análise no que chama de *sistema cultural de proteção*. Tratando de temas como os laços de reciprocidade, a escolaridade, a religião, os cuidados com a saúde e os conflitos entre traficantes e policiais, descreve como se constrói uma lógica particular de concepção e enfrentamento do risco, que estaria pautada no valor das relações pessoais, em contraste com o ideário moderno, calcado na preeminência do indivíduo e da cidadania. Tal conclusão leva a autora a indagar sobre a adequação das políticas de saúde que privilegiam uma concepção baseada apenas nos aspectos biológicos e psicológicos, deixando de lado a dimensão simbólica com relação ao tratamento de questões tão urgentes quanto a Aids.

Para Marieze Torres, autora de “Sexo, prazer e dor: vivências sexuais na fala de adolescentes pobres de Salvador”, a adolescência, assim como a forma de vivê-la em todos os aspectos, inclusive sexual, é plural, multifacetada e dinâmica. A autora dedica-se a perceber as vivências sexuais de um grupo de adolescentes dos Alagados, que vivem uma condição especial: são pobres, mas são “artistas” e integrantes de uma ONG. Suas vivências

sexuais e as representações que delas têm oscilam entre a rejeição e a aceitação dos valores presentes nos distintos universos sociais dos quais participam. Essas ambigüidades aparecem com maior clareza em suas falas sobre prazer e dor. Distintas formas de experimentar, ou não, prazer ou dor fazem com que distinções de gênero, menos demarcadas em outros momentos, apareçam com toda sua força.

“A sexualidade de jovens em contextos de institucionalização: razões, emoções e políticas”, de Aparecida Fonseca Moraes, trata das noções de cidadania e sexualidade em três instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de risco no Rio de Janeiro. Ao analisar o discurso de profissionais que trabalham nessas instituições, a autora identifica uma forma particular de tratar a sexualidade dessas crianças e jovens, argumentando que, em contraste com o discurso genérico dessas instituições – centrado na atenção às especificidades e nos direitos de cidadania –, a percepção sobre a sexualidade é homogeneizadora e obscurecida pela noção do desvio sexual. O estigma associado à vida desses adolescentes acaba também por reduzir suas experiências afetivo-sexuais às idéias de anormalidade, de violência e de constrangimento.

No artigo seguinte, “Explorando a sexualidade do michê na cidade de Porto Alegre”, Ana Isabel Fábregas-Martínez enfoca as várias formas de classificação utilizadas para designar as práticas encontradas entre homens que se prostituem na cidade de Porto Alegre e cuja clientela é masculina, demonstrando que não há uma noção de identidade homossexual estabelecida, mas sim definições segundo a conjuntura em que se encontram. Essas classificações dialogam com aquelas encontradas fora dos contextos de prostituição. A masculinidade é apresentada como uma categoria moral construída não apenas a partir da experiência social da prostituição ou da sexualidade, mas com elementos das relações desses homens com as mulheres com quem se relacionam fora do contexto profissional, no âmbito da família, por meio do desem-

penho da paternidade e no grupo social mais amplo em que estão inseridos.

Em “Envelhecimento bem-sucedido e sexualidade: relativizando uma problemática”, Mauro Brigeiro apresenta uma análise original e crítica da produção que se abriga sob o rótulo da gerontologia e uma etnografia desenvolvida com um grupo de homens idosos, pertencentes a camadas médias do Rio de Janeiro. Contrapondo-se a visões reducionistas, que homogeneizam e vêem como problemáticos o envelhecimento e a sexualidade na velhice, o autor parte do princípio de que são as experiências vividas e significadas por cada grupo que devem ser consideradas, sendo sobretudo as dimensões do gênero e as diferenças geracionais que ganham sua atenção. Ao fazer isso, demonstra que a vida desses homens idosos e a relação que estabelecem com a sexualidade é bem mais rica, diversa e complexa do que supõem os especialistas em questão.

Outro artigo que aborda as transformações etárias e seus significados sociais é o de Ana Paula dos Reis, intitulado “Inscrições corporais e menopausa: signos da meia-idade numa perspectiva antropológica”. A autora analisa esse momento de transição fisiológica a partir dos relatos de mulheres pertencentes a estratos médios da cidade de Salvador, demonstrando como a dimensão sociocultural da menopausa engendra novos significados para o corpo, com implicações diretas na organização da vida e das relações. Evidencia ainda o diferencial de gênero que condiciona a experiência social do envelhecimento – englobante da menopausa e caracterizada pela hierarquia e assimetria entre homens e mulheres – enfatizada no âmbito das possibilidades relativas ao “mercado da sedução”.

Em “A presença de um(a) acompanhante durante a atenção ao parto: a experiência da Maternidade Leila Diniz”, Rosa Domingues realiza um estudo de avaliação comparando mulheres que tiveram ou não acompanhante durante o trabalho de parto e o parto vaginal nessa maternidade pública de referência no Rio de

Janeiro. Os resultados demonstram que a presença do acompanhante – na maioria das vezes o pai do bebê, a mãe da gestante ou outro familiar – é uma prática valorizada pelas mulheres. Segundo a autora, essa prática deve ser entendida como um direito das gestantes e de seus familiares, reforçando a tendência, já verificada na literatura internacional, de que constitui importante componente da humanização da assistência ao parto e ao nascimento, com benefícios inegáveis para a saúde de mulheres e crianças.

Maria Teresa Seabra Britto e Alves, em “O parto na maternidade: qualidade da assistência, o dia-a-dia do trabalho e o olhar das mulheres”, apresenta os dados do estudo de avaliação de estrutura, processo e resultados que realizou nas quatro principais maternidades de São Luiz, Maranhão. Os dados evidenciam inúmeras deficiências no atendimento e uma situação de violência institucional compreendida como negação de atendimento, inadequação de recursos e da relação profissional–usuária. Os resultados apontam ainda para a inadequação da assistência prestada às necessidades básicas das mulheres, fornecendo subsídios para a reorganização da atenção à gravidez e ao parto.

O artigo de Eliane Portes Vargas, intitulado “Gênero e infertilidade na ótica feminina”, analisa o conjunto de valores relativos à fertilidade/infertilidade para um grupo de mulheres de camadas populares que freqüentam serviços públicos de saúde no Rio de Janeiro, em busca de tratamento para engravidar. A autora adentra o mundo das representações sociais acerca da fecundidade e de sua importância para a constituição da identidade feminina, revelando como a ausência de filhos é um fator determinante nas experiências de conjugalidade e, sobretudo, na relação com as famílias de origem. A “exigência” quanto a gerar filhos, apresentada tanto pelas famílias como por outras redes de sociabilidade, como a vizinhança, acaba motivando as mulheres a procurarem o auxílio da medicina, que se configura como um atestado de sua busca pela maternidade, aspecto central para a definição da identidade feminina nesse grupo e em tantos outros.

Em “Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal: as denúncias na Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador”, Iêda Franco relaciona violência contra a mulher e agravos à saúde, ressaltando o papel da medicalização na condução da problemática aos serviços de saúde, pouco estruturados para prestar esse tipo de assistência. Enfoca também as dificuldades de prosseguimento aos processos, seja porque as mulheres desistem, seja por falta de provas, ou ainda pelo desencorajamento das próprias profissionais que prestam o serviço, demonstrando que não há correspondência entre a realidade das delegacias de proteção à mulher e a realidade penal. A autora evidencia que a DPM tem sido mais um espaço para acordos do que para a aplicação formal da lei, e que as relações estabelecidas a partir das queixas retratam o universo mais amplo das relações de gênero.

No último artigo, “Trocando o dia pela noite: uma análise do trabalho noturno sob a ótica de gênero”, Lúcia Rotenberg e colaboradores analisam o impacto do trabalho noturno sob o enfoque de gênero, a partir de estudo em uma fábrica do setor de plásticos do Rio de Janeiro. Por meio da combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, buscou-se uma aproximação com o cotidiano vivido por homens e mulheres em relação ao sono, à saúde, ao uso do tempo e à divisão dos trabalhos, sejam estes remunerados ou domésticos, evidenciando suas vivências e práticas quanto à inversão de horários. Os resultados demonstram o caráter essencial das relações de gênero na compreensão da realidade daqueles(as) que trabalham em horários não usuais, apontando para a necessidade de conciliação entre os trabalhos profissional e doméstico, bem como de maior equidade entre homens e mulheres na divisão dos trabalhos domésticos, que corresponda minimamente ao movimento de saída das mulheres para o trabalho público.